



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

ATA DE REUNIÃO

1. ATA DE REUNIÃO SCAI COM PARTICIPAÇÃO DE JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA

- **Área Responsável pela Reunião:** SAI/GPRE/TRT16
- **Nome do Projeto:** 2ª REUNIÃO 2024 DO SCAI

Data	Horário			Local	Coordenador da reunião	
04/04/2024	Início	09:30	Término	10:30	https://meet.google.com/aqn-bdnt-bsy	Juíza Juacema Aguiar Costa

2. PARTICIPANTES

2.1. Internos:

2.2.

Nome/Unidade	
Juacema Aguiar Costa - Coordenadora do Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão	
Sergei Becker - Juiz Auxiliar da Presidência	
Gisélia Castro Silva - Secretária do Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão	
Claudene do Socorro Camps - Representante do Setor de Gestão Socioambiental	
Marilda Amorim Pereira de Sousa - Representante do Setor de Saúde	
Nikole Melo de Mendonça - Representante da Divisão de Engenharia e Arquitetura	
Jacer de Abreu Ribeiro Neto - Representante da Divisão de Engenharia e Arquitetura	
Rogério Ferreira Rodrigues - Servidor da Secretaria de Orçamento e Finanças/indicado pela Presidência	
Bruna Valadares de Assis - Representante de Unidades Judiciárias	
Sílvia Maria Pontes de Castro - Secretária de Governança e Estratégia	

2.3. Externos (se houver):

	Nome	Unidade
1	Jackson Roger A. da Silva	Representante da OAB-MA
2		
3		

4		
5		
6		
7		

3. PAUTA DA REUNIÃO

Item	Descrição
1	<p>- Dimensão Acessibilidade Arquitetônica/Urbanística</p> <p>i) Vistoria técnica com resolutividade em acessibilidade arquitetônica (plano de ações imediatas e mediatas): rampas, adequação de escada do FAS; elevador FAS; implementação de medidas de prevenção de incêndio;</p> <p>ii) Mudança Cejusc FAS para o andar térreo;</p> <p>iii) Sustentabilidade e acessibilidade (transversalidade)/Agenda 2030: acessibilidade urbanística</p>
2	<p>- Dimensão Gestão da Acessibilidade</p> <p>i) Política de Acessibilidade e Inclusão</p> <p>ii) Plano Estratégico de Acessibilidade e Inclusão</p> <p>iii) Estruturação do SAI com quadro de pessoal razoável e funções;</p>
3	<p>- Dimensão Acessibilidade em Serviços</p> <p>i) Formação de Grupo de Trabalho para definição de instituição de equipe multiprofissional e interdisciplinar para avaliação da deficiência e da funcionalidade do quadro de pessoal com deficiência (Avaliação Biopsicossocial)</p> <p>i.1) CSJT tem Grupo de Trabalho destinado ao mapeamento e à avaliação das condições especiais de trabalho de magistrados(as) e servidores(as) enquadradas nas hipóteses da Resolução CNJ nº 343/2020;</p> <p>ii) uso de recursos de acessibilidade na dimensão da tecnologia assistiva no Balcão Virtual</p> <p>iii) Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples (Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples (https://www.cnj.jus.br/gestao-da-justica/acessibilidade-e-inclusao/pacto-nacional-do-judiciario-pela-linguagem-simples/))</p>
4	<p>Informes:</p> <p>- Palestra sobre Transtorno do Espectro Autista reagendada para o dia 11/04/2024 , às 10h30</p> <p>- Alteração na composição do Subcomitê para inclusão de Gestão Estratégica e Setor Socioambiental (art. 25, Resolução CNJ nº 401/2021).</p>
...	

4. DISCUSSÃO DA PAUTA E ENCAMINHAMENTOS

A reunião foi iniciada pela coordenadora do Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão, Dra. Juacema Aguiar Costa, que destacou a presença do Dr. Sergei Becker, Juiz Auxiliar da Presidência, e o objetivo da reunião de debater e alinhar as propostas e demandas de acessibilidade com a Presidência deste Tribunal. Além da presença do Dr. Sergei, o encontro contou com a participação da servidora Sílvia Maria Pontes de Castro, representando a Secretaria de Governança e Gestão Estratégica. Inicialmente, foram debatidos os temas presentes na pauta, sobre os quais o Dr. Sergei ressaltou a aprovação, pela presidência, do Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, estando este disponível através do PA nº 326/2024. Destacou também, em relação às vistorias técnicas de acessibilidade arquitetônica, a solicitação para a realização de mudanças e atualizações no Auditório Ari Rocha, com a inclusão de cadeiras maiores para pessoas obesas, piso tátil para

deficientes visuais e alterações no palco. Outrossim, salientou a assinatura do contrato para a realização de manutenção nos elevadores do Tribunal e do Fórum Astolfo Serra, além da demanda de adequação das escadas do FAS aos padrões de acessibilidade através da instalação de mais um corrimão. Para mais, a servidora Nikole Melo apresentou o projeto existente para a implantação do corrimão e de sinalização visual e tátil nos prédios do Tribunal e do FAS. Ademais, a servidora falou ainda sobre a mudança do Cejusc para o andar térreo do Fórum, sobre a qual destacou a liberação do espaço, uma vez que as agências bancárias existentes no local serão substituídas por caixas eletrônicos, sendo tal mudança favorável para as futuras novas instalações do Cejusc. Ainda em relação à acessibilidade arquitetônica, o servidor Jacer de Abreu ressaltou a existência de projetos de implementação de acessibilidade tanto nos prédios do Tribunal localizados na capital quanto no interior do Estado, sendo estes presentes no Plano Plurianual de Obras do TRT-16, disponível através do PA nº 600/2010. Para mais, informou ainda sobre um projeto de melhoria para a entrada do prédio-sede do Tribunal já aprovado, contudo, ainda não implementado por conta de pendências com a Prefeitura de São Luís. Prosseguindo, a secretária Gisélia questionou os representantes da Divisão de Engenharia acerca da possibilidade de criação de um espaço de espera confortável e acessível aos usuários do Cejusc que necessitarem, abrangendo pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida, como idosos, gestantes e lactantes. Sobre tal questionamento, a servidora Nikole informou que o projeto está em processo de análise. Prosseguindo, as servidoras Sílvia e Gisélia salientaram sobre a importância de formulação de uma Política de Acessibilidade exclusiva do TRT-16, integrando todos os setores e políticas já existentes, visando a implementação continuada e com abrangência regional. Nesta perspectiva, a secretária Gisélia propôs a criação de uma minuta ressaltando a criação da Política, sugerindo a participação de pessoas com deficiência, tanto servidores(as) quanto público externo, em sua emissão. Em seguida, foi discutido acerca da inclusão de Interpretes de Libras no Tribunal Pleno, com destaque do servidor Rogério Rodrigues acerca da elaboração da Proposta Orçamentária Prévia de 2025, permitindo a inclusão de demandas da acessibilidade e inclusão. Ademais, a servidora Sílvia destacou a existência do serviço de disponibilização de intérprete de Libras em caso de necessidade em audiências e eventos, mediante prévio agendamento. Foi debatido ainda sobre a existência de recursos destinados a esta demanda, contudo, o servidor Rogério destacou que os profissionais não foram contratados por falta de demanda nas Varas. Mediante este cenário, o servidor sugeriu a realização de campanhas de divulgação deste serviço. Para mais, foi abordado acerca da necessidade de capacitação dos servidores ou contratação de profissionais capacitados em Libras para atendimento dos usuários em demandas cotidianas, para além das audiências e do Tribunal Pleno. Por fim, os participantes foram avisados sobre o reagendamento da palestra “Autismo não se cura, se compreende”, para o dia 11/04/2024, às 10h30. A reunião foi encerrada pela secretária Gisélia Castro, após autorização da coordenadora do Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão.

5. ASSINATURA

5.1. Segue a presente Ata de Reunião assinada eletronicamente pelos participantes acima identificados.

5.2. No caso de algum participante externo não possuir credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os participantes internos signatários **certificam** que os participantes externos acima identificados participaram da reunião e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por **GISELIA CASTRO SILVA, TÉCNICA JUDICIÁRIA**, em 08/04/2024, às 13:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNA VALADARES DE ASSIS, TÉCNICA JUDICIÁRIA**, em 08/04/2024, às 14:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO FERREIRA RODRIGUES, Secretaria de Orçamento e Finanças**, em 08/04/2024, às 14:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDENE DO SOCORRO CAMPOS, Chefe do Setor Socioambiental**, em 08/04/2024, às 14:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JUACEMA AGUIAR COSTA, JUÍZA TITULAR DE VARA**, em 09/04/2024, às 10:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JACER DE ABREU RIBEIRO NETO, ANALISTA JUDICIÁRIO**, em 09/04/2024, às 10:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SERGEI BECKER, Juiz Auxiliar da Presidência**, em 09/04/2024, às 11:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **NIKOLE MELO DE MENDONÇA, Analista Judiciário**, em 09/04/2024, às 11:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SÍLVIA MARIA PONTES DE CASTRO, Analista Judiciário**, em 10/04/2024, às 09:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARILDA AMORIM PEREIRA DE SOUSA, Chefe do Setor**, em 22/05/2024, às 10:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [Autenticar Documentos](#) informando o código verificador **0119404** e o código CRC **2655D0E9**.